

# TJMG

I N F O R M A T I V O

Encarte  
Programa Novos Rumos na  
Execução Penal faz 10 anos

# Curso Jurídico incentiva aperfeiçoamento

De olho na necessidade de aperfeiçoamento permanente de seus magistrados, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), promoveu seu 2º Curso Jurídico. O evento reuniu, em Tiradentes, ministros, desembargadores e juízes, que discutiram o congestionamento dos tribunais superiores e outros temas tratados cotidianamente pelo Judiciário.

Publicação da Secretaria do Tribunal  
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - JUNHO - 2011  
ANO 17 - NÚMERO 161

Páginas 6 e 7



Renata Calderira

# Iniciativas do TJ são referência no Brasil

Esta é uma edição histórica para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Ela registra, em encarte, a transformação do vitorioso Projeto Novos Rumos na Execução Penal em um programa institucional, assinalando os 10 anos de uma iniciativa que se consolidou como alternativa para o cumprimento da pena de forma digna e com respeito aos direitos dos condenados.

O Programa Novos Rumos tem seu foco na ressocialização dos presos. Pela importância e pela abrangência de sua atuação, passou a ser listado, muito justamente, entre as prioridades do Planejamento Estratégico do TJMG.

A reportagem do encarte conta um pouco das iniciativas reunidas pelo programa, como a Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (Apac); o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento

Mental (PAI-PJ); o Começar de Novo; o Projeto Além dos Muros; o Sistema Geopresídios, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); o Grupo de Monitoramento e Fiscalização e a Cooperação Judicial. E apresenta os resultados que o transformam em referência nacional e que encham de orgulho o Judiciário mineiro.

O TJMG possui outros objetivos estratégicos. Entre eles estão os que buscam o aperfeiçoamento permanente de seus magistrados e a contínua melhoria da prestação jurisdicional. Para atingi-los, o Tribunal realizou, nos dias 12 e 13 de maio, através da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), o 2º Curso Jurídico Regional (Cjur).

Reportagem das páginas centrais mostra o evento que reuniu ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), desembargadores e juízes, em Tiradentes (MG).

O evento transformou aquele município histórico num palco qualificado de debates em torno de questões cruciais para o Judiciário e para a sociedade.

Um dos temas que dominou o Curso Jurídico foi o congestionamento dos tribunais, às voltas com milhares de processos em função da excessiva quantidade de recursos previstos na legislação brasileira.

Além das matérias mencionadas acima, é possível conferir na reportagem da página 4 as demais iniciativas priorizadas pelo TJMG para 2012 e aprovadas pela Corte Superior. Com elas, o TJMG aprimora as suas práticas, agiliza os procedimentos e procura melhorar o atendimento ao cidadão, contemplando o que foi estabelecido pelo Plano Nacional do Judiciário, elaborado pelo CNJ em 2009.

Boa leitura.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

**Presidente:**

Desembargador Cláudio Costa

**1º Vice-Presidente:**

Desembargador Carreira Machado

**2º Vice-Presidente:**

Desembargador Herculano Rodrigues

**3º Vice-Presidente:**

Desembargadora Márcia Milanez

**Corregedor-Geral:**

Desembargador Alvim Soares

## EXPEDIENTE

**Editor Responsável e Secretário Especial**

**de Comunicação da Presidência:** Helcio

Zolini (RP nº 2736/MG); **Secretário Especial**

**da Presidência:** Luiz Carlos Elói;

**Assessora de Comunicação Institucional:**

Valéria Valle Vianna; **Gerente de Imprensa:**

Wilson Menezes; **Coordenadora de**

**Imprensa:** Leticia Lima; **Editora:** Francis

Rose; **Revisora:** Patricia Limongi; **Design**

**Gráfico:** Narla Prudêncio

**Fotolito e Impressão:**

CGB Artes Gráficas Ltda

**Ascom TJMG**

Rua Goiás, 253 – 1º andar – Centro, Belo

Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: [ascom@tjmg.jus.br](mailto:ascom@tjmg.jus.br)

**Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:**

(31) 3299-4622

**Ascom Fórum BH: (31) 3330-2123**

**Tiragem:** 3 mil exemplares

**Portal TJMG:** [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)

## Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail [informativo.ascom@tjmg.jus.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.jus.br).

## Patos de Minas sedia Encor

“A omissão da Justiça ou a injustiça representam riscos para a sociedade, causam descrédito e aumentam índices de violência e incertezas. Está nas mãos do Judiciário uma grande responsabilidade (...)” Com essas palavras, o 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, desembargador Herculano Rodrigues, abriu o 9º Encontro da Corregedoria-Geral de Justiça (Encor), realizado em Patos de Minas, nos dias 19 e 20 de maio. Após a abertura, o presidente do Tribunal, desembargador Cláudio Costa, relembrou, em palestra magna, os objetivos do Encor. Entre eles, a interação do corregedor-geral de Justiça, dos juízes auxiliares e dos servidores da Corregedoria com juízes; o debate de temas de interesse administrativo e jurídico de cunho prático nas atividades forenses e o esclarecimento de orientações normativas, inovações legislativas e projetos institucionais.



Renata Caldeira

# Mutirões promovem conciliação em Minas

Renata Caldeira



Em Belo Horizonte, Uberlândia e Ipatinga, já foram realizados eventos para incentivar o acordo em demandas de caráter repetitivo, como as que envolvem o seguro Dpvat

Daniela Lima

Em Minas, a conciliação está se tornando cada vez mais presente. Além das audiências de conciliação cotidianas, a realização de mutirões cria um ambiente propício à resolução consensual dos litígios. Nesses mutirões, é incentivado o acordo nas causas que envolvem demandas processuais de caráter repetitivo. São as chamadas “demandas massificadas”, processos que tratam, por exemplo, dos serviços relacionados à telefonia, ao sistema financeiro, à área imobiliária, à energia elétrica, ao abastecimento de água, ao Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (Dpvat), entre outros.

Neste mês, de 13 a 17, Uberaba recebe uma força-tarefa com a função de resolver os casos relacionados ao Dpvat.

Também em junho, causas que envolvem os bancos Bradesco e HSBC estão incluí-

das em mobilizações realizadas na capital. Há a previsão de um mutirão para a conciliação nas ações em que a Cemig é parte, em Belo Horizonte, ainda sem data definida. No Estado, já foram realizados mutirões para estimular a conciliação em processos referentes ao seguro Dpvat na capital (dezembro do ano passado), em Uberlândia (março) e Ipatinga (maio).

A desembargadora Márcia Milanez, 3ª vice-presidente e superintendente dos Projetos Inovadores do TJMG, explica

que, diante do aumento do número dos conflitos de interesse, é responsabilidade do Poder Judiciário alargar as vias de solução desses litígios, incentivando a conciliação e a mediação. “Assim, as partes negociam suas questões e constroem juntas

uma solução que lhes pareça mais satisfatória. Com isso, reduzimos o acervo

processual, trazemos mais celeridade à solução dos conflitos, diminuindo o desgaste financeiro e emocional e beneficiando todos os envolvidos”, conclui.

Para o diretor do Foro da capital e juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, Renato Jardim, o esforço concentrado é compensado pelos resultados. “É importante estabelecermos, na sociedade, a cultura da conciliação, e isso não tem preço. Para que qualquer programa dê certo, temos que contar com o envolvimento de todos. É a pequena engrenagem que importa para o funcionamento da máquina como um todo.”

## Extrajudicial

O TJ também tem incentivado a prática da conciliação antes do ajuizamento da ação, a chamada conciliação extrajudicial. Essa etapa ocorre nos Juizados de Conciliação, que têm postos de atendimento em inúmeros municípios de Minas, o que contribui para a redução da excessiva judicialização dos conflitos.

Agora, essa prática será levada às relações de consumo e empresariais com a criação dos Postos Avançados de Conciliação Extrajudicial (Paces), fruto de uma parceria entre o Tribunal e as seguintes associações empresariais: Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas), associações comerciais e empresariais (ACEs) de diversas cidades do Estado e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

As primeiras comarcas que instalaram Paces foram Uberaba, Patos de Minas e Uberlândia. “Com o posto avançado, possibilitamos que empresas e consumidores resolvam seus conflitos com maior rapidez, proporcionando a rápida recuperação de créditos, a preservação das relações de consumo e a inclusão da população e das micro e pequenas empresas no acesso à Justiça”, explica Juliano Veiga, secretário dos Juizados de Conciliação.

**As partes negociam suas questões e constroem juntas uma solução que lhes pareça mais satisfatória”**

# TJMG prioriza 11 iniciativas para 2012

Rodrigo Vilaça



As medidas selecionadas estão relacionadas a melhorias em áreas básicas do Tribunal, segundo Renato Cardoso, da Seplag

Mariana Silveira

Das 34 iniciativas do Planejamento Estratégico aprovadas pela Corte Superior em março deste ano, 11 serão priorizadas em 2012. As medidas escolhidas dizem respeito a várias áreas, como tecnologia da informação, educação continuada, construções e reformas prediais, processo eletrônico e implantação do sistema Themis. A execução dessas e de todas as demais iniciativas será acompanhada por meio de encontros setoriais com as áreas gestoras e reuniões de análise.

“A Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional (Seplag) está fazendo reuniões setoriais com as áreas envolvidas para verificar o desenvolvimento de cada iniciativa e consolidar os dados em um relatório único”, explica o secretário executivo de Planejamento, Renato Cardoso Soares. Além disso, o Comitê Estratégico Institucional vai promover, trimestralmente, as chamadas “reuniões de análise da estratégia” (RAEs) para acompanhar os resultados das metas e promover os ajustes necessários.

Renato explica que as 11 medidas priorizadas na proposta orçamentária de 2012 estão relacionadas a melhorias em áreas básicas, como instalações físicas, informatização, recursos humanos e orçamento. Parte das iniciativas está diretamente relacionada à tecnologia da informação e à modernização e simplificação dos procedimentos adotados pelo TJMG no dia a dia. Entre elas está, por exemplo, a im-

plantação do processo eletrônico, que reduz a circulação de papel e agiliza a tramitação interna de uma ação judicial. Atualmente, o processo eletrônico já é uma realidade nos juizados especiais cíveis da capital.

## Novas metodologias

A implantação do sistema Themis, que informatiza a sessão de julgamento e garante a publicação mais rápida do acórdão, é outra medida em andamento. Atualmente, seis câmaras cíveis já têm o sistema implantado – 3ª, 10ª, 11ª, 12ª, 15ª e 16ª. A previsão é de que, até o final de 2012, o Themis seja adotado em todas as câmaras do tribunal.

No caso das medidas relacionadas a recursos humanos, a meta é capacitar servidores e magistrados com o uso de novas metodologias e ferramentas de trabalho. As ações voltadas para a otimização orçamentária e a arrecadação das receitas judiciais pretendem melhorar o controle dos recursos e dos repasses do Executivo. Já a iniciativa que trata da gestão das comarcas vai nortear, entre outras ações, a criação, a instalação e a extinção de varas.

O Planejamento Estratégico representa um direcionamento para o TJMG alcançar determinados objetivos. No documento, são detalhados os programas, os projetos e os planos de ação que precisam ser executados para que os objetivos sejam alcançados e tragam melhorias para a organização. No Tribunal, as me-

das foram projetadas para alcançar resultados em um período de cinco anos. Isso atende ao que foi estabelecido pelo Plano Nacional do Judiciário, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2009.

### Conheça as 11 iniciativas priorizadas no orçamento 2012\*

Otimização de orçamento e gestão de receitas judiciais
Plano de pessoal
Gestão de comarcas
Processo eletrônico
Reestruturação da tecnologia da informação
Otimização da gestão da informação e da gestão documental
Programa de educação continuada de magistrados
Programa de educação continuada de servidores
Plano institucional de construções e reformas prediais
Programa Novos Rumos
Implantação do sistema Themis

\* Mais detalhes sobre cada uma das iniciativas e sobre o Planejamento Estratégico estão disponíveis no Portal TJMG

Parte das iniciativas está diretamente relacionada à tecnologia da informação e à modernização e simplificação dos procedimentos adotados pelo TJMG no dia a dia”

# Conselho atua na melhoria do sistema prisional

Raul Machado

Um grupo de pessoas engajadas na melhoria do sistema prisional. Elas visitam presídios, ouvem os apenados, promovem a profissionalização e a educação nas unidades prisionais e atuam também na reintegração dessas pessoas na sociedade e na família. Esse é o Conselho da Comunidade, entidade que, por recomendação da Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ), deve passar a funcionar em todas as comarcas do Estado.

O conselho tem função política de mobilização da comunidade, de defesa de direitos e de execução de ações para a reinserção social de detentos e egressos. Ele é previsto na Lei de Execuções Penais (LEP) e é considerado um dos órgãos da execução penal.

O Conselho da Comunidade deve ter, no mínimo, um representante da associação comercial ou industrial, um advogado indicado pela Seção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e um assistente social escolhido pela Delegacia Seccional do Conselho Nacional de Assistentes Sociais e por representantes de obras sociais e clubes de serviço.

"Todos os meses, os membros do conselho devem encaminhar um relatório

ao juiz da Vara de Execuções Penais. Eles verificam possíveis benefícios em atraso, as condições das unidades, conversam com os presos", diz o juiz da Vara de Execuções Criminais de Belo Horizonte, Guilherme de Azeredo Passos.

De acordo com a Recomendação 06/2011 da CGJ, 5 de maio foi a data final para a formação dos grupos em todas as comarcas. A recomendação destina-se aos juizes com competência para execução criminal, que têm prazo de 60 dias para informar o seu cumprimento à Corregedoria.

## Participação

Na capital, o conselho foi reinstalado em março deste ano. Para o juiz Guilherme de Azeredo Passos, é possível uma atuação positiva do grupo, mesmo numa cidade grande como Belo Horizonte. Ele destaca a participação das pastorais, que também têm membros no conselho. "Acredito que, em Belo Horizonte, teremos bons resultados. O pessoal é bem dedicado", afirma o juiz.

Para o magistrado, a sociedade tem de assumir a sua cota de participação. "Não adianta falar que a responsabi-

lidade é só do Estado. O crime é um fenômeno social e atinge todos. Somos responsáveis pela reinserção dessas pessoas na sociedade."

A comerciante Maria Tereza dos Santos atua no ramo de alimentação e é integrante do Conselho da Comunidade de Belo Horizonte. Ela contou que, na primeira visita realizada pelo grupo, ao Centro de Remanejamento de Presos (Ceresp) São Cristóvão, em abril, todos os integrantes tiveram acesso aos vários setores do presídio e tomaram conhecimento das deficiências do local.

Segundo ela, os membros do conselho perceberam a necessidade da distribuição de funções no momento de uma próxima visita, de acordo com a aptidão de cada um.

Uma das áreas que será inspecionada pela comerciante é a alimentação. Ela observou que a verba destinada à comida é suficiente para oferecer uma boa alimentação aos detentos, porém as refeições servidas não são adequadas.

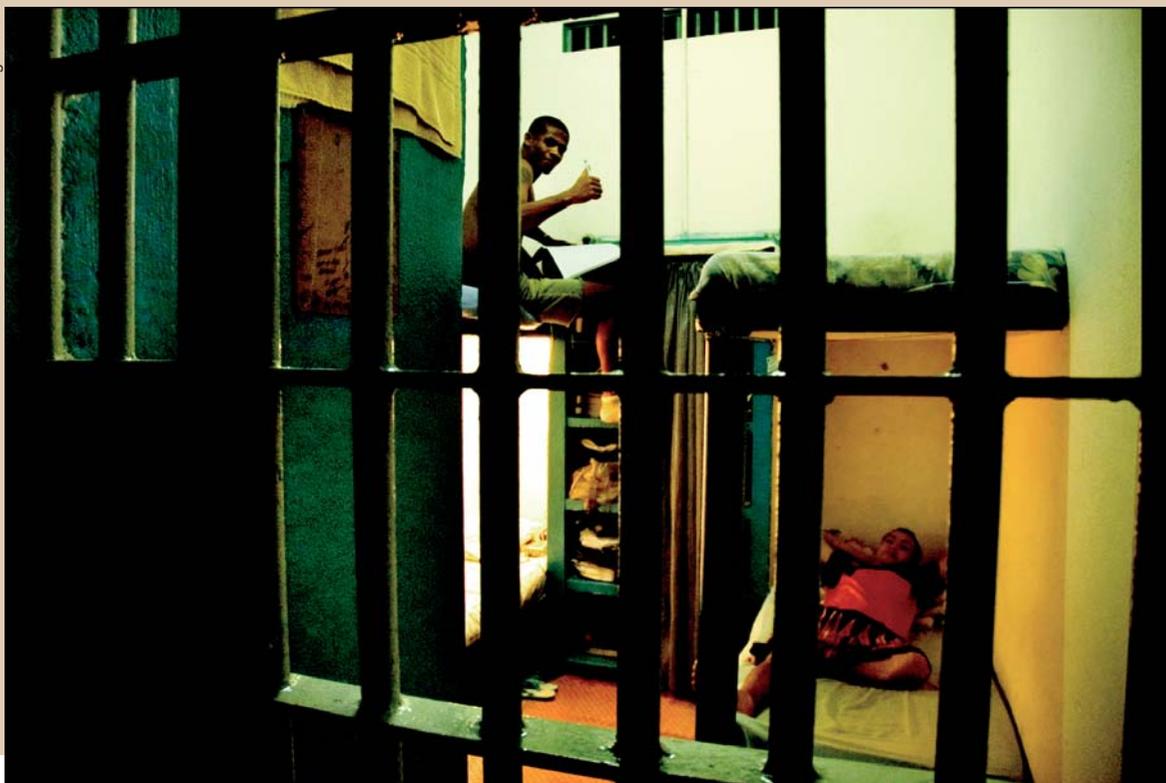
Para a advogada e presidente do Conselho da Comunidade da capital, Fernanda Vieira de Oliveira, a iniciativa é oportuna e pode vir a funcionar de maneira efetiva se a discussão das ações for despida de preconceito.

A defensora pública e conselheira do grupo Roberta de

Mesquita Ribeiro destacou a importância da participação da sociedade na iniciativa. Para ela, essa aproximação vai favorecer a reinserção dos egressos. Ela afirmou que as conclusões obtidas na visita ao Ceresp São Cristóvão serão encaminhadas ao juiz Guilherme Passos.

**A iniciativa é oportuna e pode vir a funcionar de maneira efetiva se a discussão das ações for despida de preconceito"**

Rodrigo Albert



Nas visitas aos presídios, o grupo conversa com os presos e verifica as condições das unidades e os benefícios em atraso

# Congestionamento dos tribunais em pauta

Sidneia Simões

De Encontro a Curso Jurídico – não se trata apenas de uma mudança de nome, embora tanto o formato antigo quanto o atual tenham o selo de qualidade da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), reconhecida em todo o país. Na verdade, as modificações (inclusive do nome) vêm atender às exigências da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e são essenciais para que o curso possa ser contabilizado pelos juizes para a promoção na carreira.

O credenciamento na Enfam tem regras claras: é necessária a análise do programa, do currículo dos palestrantes e da bibliografia. É imprescindível ainda o

controle do cumprimento da carga horária, além de prova para a avaliação dos conhecimentos adquiridos. Com esses e outros pré-requisitos legais foi realizado o 2º Curso Jurídico (Cjur), em Tiradentes, na região central do Estado, em 12 e 13 de maio. O curso reuniu uma ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), cinco ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), 39 desembargadores e 63 juizes mineiros. O 1º Cjur foi realizado em fevereiro, na comarca de Uberaba.

Talvez pelo fato de a maioria das palestras terem sido proferidas por ministros, um dos temas mais debatidos foi o congestionamento dos tribunais superiores. Outro assunto em destaque foram as

decisões contrárias em ações repetitivas, que podem representar descrédito para a prestação jurisdicional. Termos como “Judiciário artesanal” e “máquina cansada” foram utilizados para fazer alusão a uma instituição que não tem acompanhado os anseios de uma sociedade moderna e cada vez mais exigente. Entre as soluções, foi apontada a necessidade de prestigiar a decisão dos juizes e respeitar a Federação e a soberania dos Estados.

## Aperfeiçoamento

Na abertura dos trabalhos, o presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, manifestou alegria pela realização

do evento em sua gestão. Salientou que “o aprimoramento intelectual – que também compreende a reflexão sobre o instrumental prático do ofício de julgar –, mais do que um dever, é um direito dos juizes”. Segundo ele, esse aperfeiçoamento diz respeito a uma “virtude ética, um ato ao qual se concorre livremente, pois não há ética sem liberdade”.

Liberdade foi também o tema do discurso do 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargador Joaquim Herculano Rodrigues. Ele lembrou Rui Barbosa, que reuniu os temas liberdade e justiça: “Só o bem neste mundo é durável, e o bem, politicamente, é todo justiça e liberdade, formas soberanas



A necessidade de mudanças no sistema recursal brasileiro foi um dos temas discutidos durante o evento, que reuniu magistrados em Tiradentes

# CURSO JURÍDICO REGIONAL

## II JUNHO 2011

Renata Caldeira



O presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, afirmou que o aprimoramento intelectual, mais do que um dever, é um direito dos juizes

da autoridade e do direito, da inteligência e do processo”.

Herculano Rodrigues frisou que é um desafio fazer justiça em um quadro de desigualdade. “Essa realidade poderia, a princípio, causar desestímulo. Mas, para os homens públicos bem-intencionados, que aceitaram o papel de servir, não há alternativa: é preciso fazer o que é possível, não esmorecendo jamais e sem deixar de acreditar em um mundo melhor”, acrescentou.

O congestionamento dos tribunais superiores foi o assunto abordado pelo ministro do STJ João Otávio de Noronha, na palestra de abertura, “Reforma do Direito Processual Civil”. O ministro afirmou que o sistema recursal brasileiro é perverso, mas que há resistência às mudanças.

“É necessário prestigiar a decisão de 1ª Instância e limitar o acesso aos tribunais superiores”, defendeu. João Otávio de Noronha destacou que os tribunais superiores não têm vocação para o exame do caso concreto. A Justiça de primeiro e segundo grau é que possui essa função.

### Reformas

O ministro do STJ Sidnei Agostinho Beneti citou ações, aparentemente individuais, mas que abrangem outros autores e outros réus, que virão a provocar o Judiciário. Para ele, não é justo que algumas pessoas percam e outras saiam vencedoras em ações com idêntico foco. “O enfrentamento dessas questões deve ser colocado como uma exigência de justiça,

que os juizes podem realizar, independente de reformas legislativas”, destacou. O magistrado afirmou que “o processo brasileiro tem muitos capítulos”, porque, embora as partes reclamem da morosidade, algumas vezes, elas desejam procrastinar, por medo do resultado do julgamento.

A ministra do STF Cármen Lúcia Antunes Rocha destacou que o cidadão brasileiro “descobriu” o Judiciário. O grande problema é que se tem “um Judiciário artesanal para uma sociedade industrial”. Para ela, tendo em vista

o volume de processos, é difícil dar respostas imediatas. Assim, o momen-

to exige grande transformação. A ministra criticou a formação nas faculdades, onde se criam advogados litigantes e não conciliadores.

A súmula vinculante foi outro ponto abordado pela ministra do

STF. Segundo ela, essa medida foi necessária em razão do número crítico de ações. “O grande problema é que vários juizes não adotam as súmulas existentes”, disse.

Além do congestionamento dos tribunais superiores e de assuntos afins, outros temas foram abordados no Encontro Jurídico. Entre eles estavam lei penal e criminalidade, com palestra do professor Jair Leonardo Lopes; Lei Maria da Penha, com exposição do tema pelo ministro do STJ Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes; novo Código Florestal, com fala do ministro do STJ Mauro Campbell Marques; e desapropriações, em palestra da secretária de Estado da Casa Civil e de Relações Institucionais, Maria Coeli Simões Pires.

A cobertura completa do 2º Curso Jurídico está disponível na página [www.ejef.tjmg.jus.br](http://www.ejef.tjmg.jus.br), no link Cursos e Eventos/Cobertura.

O cidadão brasileiro ‘descobriu’ o Judiciário. O grande problema é que se tem um Judiciário artesanal para uma sociedade industrial”



Renata Caldeira

Herculano defendeu que os homens públicos façam justiça sem deixar de acreditar num mundo melhor



# Novo serviço agiliza envio de petições

Paloma Palacio

Já está disponível nas agências dos Correios de Minas Gerais o Serviço de Protocolo Postal (SPP), que substituiu o Sistema de Protocolo Integrado, utilizado anteriormente nas comarcas mineiras.

No antigo sistema, as petições podiam ser protocolizadas em qualquer fórum do Estado, e servidores do Judiciário ficavam responsáveis por encaminhá-las aos Correios, que as enviavam às comarcas a que se destinavam ou, no caso de recursos e de processos de competência originária, ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Com o novo serviço, os usuários podem protocolizar suas petições endereçadas a qualquer comarca ou ao TJMG diretamente nas agências dos Correios. O envio, feito por Sedex, vai continuar a ser custeado pela parte. A nova modalidade, no entanto, dispensa a necessidade de um servidor intermedi-

ar o processo. A alteração nos serviços teve como objetivo racionalizar o processo de trabalho e reduzir gastos de custeio do Tribunal.

A principal mudança é que o protocolo de petições e documentos judiciais referentes a processos que tramitam em outra comarca ou no TJMG passa a ser feito exclusivamente nas agências dos Correios. Ou seja, o antigo Sistema de Protocolo Integrado não está mais disponível. Além do Protocolo Postal, o que

continua valendo é a forma usual de entrega das petições, pessoalmente, diretamente nas comarcas a que se destinam.

Como é comum em novos procedimentos, alguns usuários estão com dúvidas sobre a utilização do serviço. Cláudia Lacerda Lodi, da Coordenação de Movimentação e Expedição de Documentos (Comex), explica que “a utilização do Protocolo Postal é facultativa. Se preferirem,

as partes poderão protocolar, pessoalmente, as petições no TJMG ou nas comarcas a que se destinam, mas muitas pessoas continuam se dirigindo aos fóruns, em função do termo ‘facultativo’, pois acham que ainda podem usar o Sistema de Protocolo Integrado, o que não é mais possível”. Cláudia esclarece que o Protocolo Postal é facultativo apenas porque as petições também podem ser entregues da forma usual, ou seja, pessoalmente, na comarca onde o processo tramita.

## Dúvidas

Essas e outras dúvidas podem ser esclarecidas na página eletrônica criada para orientar servidores e usuários. O endereço é [www.tjmg.jus.br/servicos/protocolpostal](http://www.tjmg.jus.br/servicos/protocolpostal). Lá também estão informações sobre o custo do serviço, os tipos de petições que não podem ser enviadas pelo Protocolo Postal e as regras para a contagem dos prazos judiciais. Caso persistam dúvidas, o usuário deve encaminhá-las por meio do *link* Contatos e aguardar o retorno.

Para Cláudia Lodi, o principal benefício do novo sistema é o melhor aproveitamento da força de trabalho institucional. “No Fórum Lafayette, na capital, por exemplo, em dias de grande volume de petições, era necessário designar diversos servidores para preparar o protocolo das petições. O servidor recebia o material do advogado, acondicionava em envelope próprio e executava os demais procedimentos necessários ao envio dos documentos e ao controle de postagens exigido pelos Correios, o que despendia muito tempo”, explica.

Em comarcas onde os Correios não oferecem o serviço de coleta de correspondências nos fóruns, era necessário ainda o deslocamento até a agência para a realização das postagens. “Com o Protocolo Postal, esses servidores poderão ser mais bem aproveitados em outras atividades ligadas diretamente à prestação jurisdicional”, afirma. Para a parte, a principal vantagem do Protocolo Postal consiste na possibilidade de utilização de qualquer agência dos Correios em Minas Gerais, em horários mais abrangentes que os de funcionamento dos fóruns.

**As petições também podem ser entregues da forma usual, ou seja, pessoalmente, na comarca onde o processo tramita”**

# Eficiência no setor público

Lucas Loyola

“Simplicidade + técnica = eficiência.” Essa é a fórmula para o bom desempenho no serviço público, segundo Michel Salomão, diretor da Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio (Dirsep) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Há 21 anos no TJ, esse “otimista profissional”, como ele se define, prefere atuar na área administrativa, onde está há mais de 14 anos. Pioneiro em várias ações, Michel conta que implantou o serviço de malote no Tribunal, criou o “bondinho” (serviço de transporte entre unidades do TJ na capital), deu início ao cadastro de fornecedores e foi o primeiro a testar máquinas de escrever elétricas e computadores no Judiciário mineiro. Filho de libaneses, já foi dono de loja e adora o comércio, bem como fixação de preços, leilões e licitações. Michel também é ator, diretor, autor teatral, roteirista, contista e cronista. “O que me interessa é o futuro. Tenho projetos para os 60, os 70 e os 80 anos”, diz.

**TJMG Informativo** – Quando se fala em licitação, logo se pensa em morosidade. O que você tem feito para conferir mais agilidade aos procedimentos licitatórios?

**Michel Salomão** – Verifiquei que os processos que antecedem a licitação demoravam cerca de seis meses, mas podiam ser finalizados em um dia. A essência de tudo foi o encurtamento do caminho dos papéis. Foram eliminados vários formulários, o que reduziu o número de assinaturas. Atualmente, o requisitante reúne em um único documento a informação relativa à regularidade da verba e a autorização para a realização da despesa. O formulário é entregue à Dirsep com o termo de referência e seus anexos. O material – padronizado – é anexado ao edital e à minuta de contrato, já pronto para ser disponibilizado aos interessados.

**Você teve de fazer mudanças estruturais na Dirsep?**

Sim, mas nenhuma mudança radical, apenas adaptações. Remanejei pessoas da área final para a fase inicial para que elas tratassem diretamente com os requisitantes, evitando assim o “retrabalho”. Foi mais uma ação de convencimento do que uma mudança es-



Renata Caldeira

■ Michel Salomão diz que o servidor deve fazer economia sem comprometer a qualidade

trutural. Investi também na capacitação dos funcionários, com cursos ministrados pelos próprios gerentes e coordenadores da Dirsep.

**Durante esse trabalho de convencimento, você encontrou algum tipo de resistência?**

Tento convencer as pessoas da minha seriedade e de que a proposta vai dar certo. Acredito que a capacidade de influenciar tem de ser exercitada. Na administração pública, como no jogo de xadrez, o planejamento e a estratégia são essenciais para que se tenha um bom desempenho. Importante também é a obstinação, é acreditar na proposta e fazer. E fazer para durar. Quem quiser trabalhar com desafios tem um vasto

campo no serviço público. Temos profissionais “feras” – algumas adormecidas –, para quem precisamos somente abrir as portas. Eu diria que agora praticamente todas as áreas licitantes estão trabalhando com espírito de cooperação. Estão todos mobilizados, querendo mudanças.

**Algum projeto para o futuro?**

Quando estiver tudo organizado na Dirsep, espero ter de organizar outra área. Sempre busco agilizar. A agilidade é proporcional à economia. No serviço público, não temos de dar lucro, mas temos que fazer economia, é obrigação nossa enquanto servidores. Economizar buscando qualidade.

Marcos Xavier

A cada dia, cerca de 25 matérias sobre o Judiciário de Minas são divulgadas nos meios de comunicação. Em quase metade dos casos, a veiculação é positiva para a imagem do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). A constatação é fruto de pesquisa realizada pelo Centro de Imprensa da Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom), divulgada na última edição da revista *TJ na Mídia*.

A publicação analisou a inserção de notícias sobre o TJMG na internet, em jornais impressos, no rádio e na televisão, no período de julho de 2009 a dezembro de 2010. Segundo a pesquisa, 48,3% das notícias foram positivas. As demais tiveram conotação neutra (48,7%) e negativa (apenas 2,9%). As sugestões de pauta elaboradas pelas coordenadorias de imprensa do TJMG – Unidades Goiás e Raja Gabaglia – e do Fórum Lafayette foram responsáveis por 42,8% do total de notícias.

Pela primeira vez, a pesquisa foi realizada também em portais da internet, o meio de comunicação em maior expansão na atualidade. E a *web* foi o canal que mais divulgou matérias sobre o Judiciário mineiro – 14 notícias a cada dia. “Os números encontrados na internet surpreendem pelo volume e representam elemento agregador da própria cidadania, pois é cada vez maior o universo de pessoas atingidas por esse meio de comunicação”, declarou o presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa.

Ainda segundo o presidente, os dados “destacam a importância do papel que a mídia tem na nossa sociedade e permitem concluir que a aproximação da imprensa externa com o TJMG não só contribui para conferir maior transparência ao Poder Judiciário, como também para fortalecer a democracia brasileira”.

## Histórico

A quantificação das publicações sobre o TJMG é feita desde julho de 2004, quando eram analisados apenas jornais impressos. Iniciado esse trabalho, verificou-se que o número de matérias favoráveis à instituição era muito maior do que o número de negativas. O trabalho também demonstrou que grande parte das matérias publicadas nos jornais tinha origem em sugestões de pauta da Ascom.

**Os dados permitem concluir que a aproximação da imprensa externa com o TJMG não só contribui para conferir maior transparência ao Poder Judiciário, como também para fortalecer a democracia brasileira”**

# Judiciário conquista espaço positivo na mídia



Fernanda Miguez

Equipe da Ascom seleciona matérias em que o TJMG é notícia, em jornais, rádios, TVs e na *web*

	Nº de inserções	Positivas	Neutras	Negativas	Sugeridas pela Ascom
Internet	7.609	3.729	3.738	142	3.318
Jornais	2.374	929	1.347	98	739
Rádio	1.401	809	504	88	748
TV	2.132	1.063	997	72	981
Totais	13.516	6.530	6.586	400	5.786

### Veículos analisados

Internet – Estadão.com.br, G1/Globo Minas, Hoje em Dia/R7, IG, O Globo on-line, O Tempo on-line, Supernotícia on-line, Terra, Uai, Uol e outros

Jornais – *Aqui*, *Diário do Comércio*, *Estado de Minas*, *Folha de S.Paulo*, *Hoje em Dia*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *O Tempo* e *Supernotícia*

Rádios – Alvorada, América, BandNews, CBN, CDL, Globo, Guarani, Inconfidência e Itatiaia

Canais de TV – Alterosa, Bandeirantes, Globo, Rede Minas, Rede TV, Record, TV Assembleia, TV Comunitária, TV Horizonte e TV Justiça

A partir de 2007, a pesquisa passou a incluir rádio e TV, com o auxílio de *clipping* fornecido por empresa terceirizada. Agora, com a avaliação da internet, alcançou-se uma ampla dimensão do que se divulga sobre a instituição.

Além de diagnosticar a efetividade da atuação da Ascom na disseminação de notícias e verificar a receptividade e o impacto das matérias produzidas, a pesquisa favorece a criação de estratégias e ações de comunicação que consolidem e ampliem o relacionamento com a mídia.

A revista *TJ na Mídia* está disponível no Portal TJMG ([www.tjmg.jus.br/tjmg\\_na\\_midia](http://www.tjmg.jus.br/tjmg_na_midia)).

# Uma cidade ao pé da serra

Rosana Maria

Aos pés da serra do Caraça e resguardada pela serra do Espinhaço está Catas Altas. A serra inunda a cidade com sua presença imponente e beleza exuberante. Ao chegar à praça da matriz de Nossa Senhora da Conceição, o cenário é de contemplação. A arquitetura colonial, plantada em suas ruas de pedra, encanta os visitantes. Ali imperam a simplicidade e a paz.

A história de Catas Altas, assim como a de diversas cidades mineiras, está relacionada ao ciclo da mineração, desenvolvido no século 18. "Catas" significa garimpo. Quando o ouro se tornou escasso no leito dos rios, o garimpo foi transferido para o alto da serra. Daí o nome do povoado.

Durante o ciclo da mineração, Catas Altas foi um dos mais ricos e populosos arraiais de Minas Gerais. Com o esgotamento das minas, o lugar ficou praticamente abandonado. É quando chega um novo vigário ao povoado, que ensina à comunidade todo o processo de fabricação do vinho. Depois de alguns anos, a cidade passou a se destacar na produção da bebida. Posteriormente, o vinho de jabuticaba também começou a ser produzido e hoje é uma tradição do lugar. Vários são os produtores, que, incentivados pela Festa do Vinho, levam os seus produtos para a praça, em meio a shows e festividades. O evento já está em sua 10ª edição e acontece sempre em maio.

## Cachoeiras

Além de apreciar a qualidade da bebida local, vale a pena percorrer algumas rotas do turismo de Catas Altas. O Bicame de Pedras é um monumento a 12 km da cidade. São ruínas de um grande aqueduto construído para abastecer a cidade e a mineração.

Algumas cachoeiras, como as do Paraíso, do Meio e do Maquiné, se escondem na serra, são de difícil acesso e devem ser visitadas com o acompanhamento de um guia local. Já a Cachoeira da Santa é de fácil acesso e pode ser avistada de vários pontos da cidade. O Vale das Borboletas, formado por um riacho e por poços naturais, fica em uma área particular, onde é cobrada taxa para visitação.

A Capela de Santa Quitéria é outra marca do lugar. Ela fica no alto de uma pequena colina e tem ao fundo os picos de Catas Altas e do Baiano.

Localizada na região central do Estado, a 120 km de Belo Horizonte, Catas Altas possui agências do Banco do Brasil e do Bradesco, além de um terminal da Caixa Econômica Federal. Existem muitas opções de hospedagem, com preços que variam de R\$ 25 por pessoa a R\$ 120 por casal, valores para a diária na baixa temporada. O município também oferece a opção de casas e sítios para aluguel. Informações podem ser obtidas no Centro de Apoio Turístico, que funciona diariamente das 9h às 17h (de segunda a sexta-feira) e das 9h às 16h (nos finais de semana) ou pelo telefone (31) 3832-7219.

Rosana Maria



■ A arquitetura colonial e as ruas de pedra encantam os visitantes de Catas Altas, cidade que também tem ganhado destaque pela produção do vinho de jabuticaba

# Presidente participa de JQ comemorativo

Eduardo Klein

O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Cláudio Costa, defendeu a transmissão ao vivo, pela TV, de sessões da Corte Superior e de julgamentos de interesse público em futuro próximo. Ele foi entrevistado pelo *Justiça em Questão*, que comemorou, em maio, 200 edições no ar. O magistrado também analisou a importância do programa institucional como meio de integração e interação em favor da sintonia entre o Judiciário e a sociedade.

O *Justiça em Questão* especial reproduziu a opinião de telespectadores, juízes e desembargadores sobre o programa, produzido pelo TJ mineiro desde 2006. A edição comemorativa mostrou como as reportagens

são utilizadas em sala de aula por universitários e professores de direito.

Cláudio Costa comentou ainda a repercussão do programa, pela internet, em outros países e os momentos marcantes, quando temas polêmicos foram tratados, como *crack*, *bullying* e lei seca. O programa *Justiça em Questão* já foi indicado ao Prêmio da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje). Reportagens da série *Justiça nas Cidades Históricas* receberam o Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça.

A entrevista com o presidente do TJMG pode ser vista na internet, no endereço [youtube.com/justicaemquestao](http://youtube.com/justicaemquestao).



Divulgação

Cláudio Costa comentou programas sobre temas polêmicos

## CLICK DO LEITOR



Inêida Coelho dos Santos

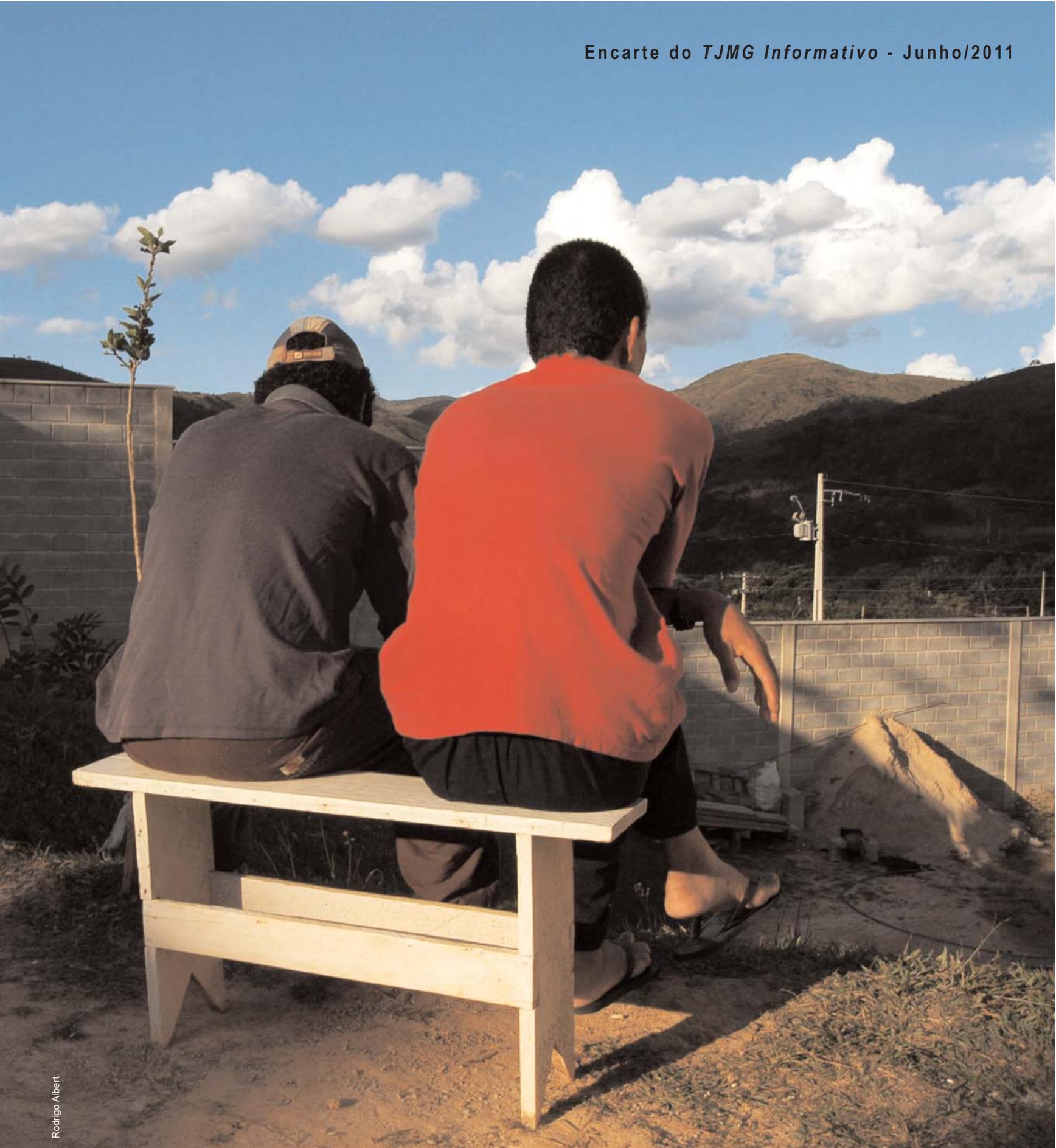
Morada Nova de Minas/MG. Cidadezinha turística, na região central do Estado, farta de águas límpidas, terra de calor e de sol o ano inteiro. Em Morada Nova de Minas, todas as chegadas são por água. Há quem diga que o paraíso é aqui, portanto venha conhecê-lo. Assim como eu, todos os moradenses esperam os visitantes de braços abertos.

Inêida Coelho dos Santos –  
Morada Nova de Minas/MG

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor*, envie a imagem e o texto para o e-mail [informativo.ascom@tjmg.jus.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.jus.br).



IMPRESSO



Rodrigo Albert

## A execução penal que valoriza o homem



O Programa Novos Rumos na Execução Penal completa 10 anos e consolida-se como uma alternativa para o cumprimento da pena de forma digna e com respeito aos direitos dos condenados. O foco do programa, que integra diversas iniciativas, é a ressocialização dos presos e a não reincidência no crime. Na Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (Apac) (foto), a atuação tem como pilares a participação da comunidade, a valorização humana e da família, a religiosidade e o acesso ao trabalho, entre outros pontos.

# Programa tem olhar de vanguarda

Manuela Ribeiro

Em nova fase, a equipe do Programa Novos Rumos na Execução Penal comemora resultados, mas olha para a frente, incorporando mais iniciativas ao trabalho. Atualmente, o programa engloba a metodologia da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (Apac), o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ), o Começar de Novo, o sistema Geopresídios, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Projeto Além dos Muros, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização e a Cooperação Judicial.

“É difícil dizer qual é a maior conquista. Todas são de suma importância, mas talvez a Apac e o PAI-PJ sejam as iniciativas de maior visibilidade, porque foram adotadas em âmbito nacional, por decisão do CNJ.” A desembargadora Jane Ribeiro Silva, uma das coordenadoras do programa, se entusiasma ao falar do convívio com os presos, do aprendizado, dos colaboradores e das parcerias.

Ela explica que, graças à sugestão do presidente Cláudio Costa, a Corte Superior do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) estabeleceu o Novos Rumos

como uma prioridade no Planejamento Estratégico. Essa medida, assim como a vinculação do programa à Presidência, efetivada pela Resolução 633/2010, são, na opinião da desembargadora, decisões que mostram empenho na reinserção do criminoso, na humanização da execução penal, na fiscalização dos estabelecimentos prisionais e na cooperação com juízes.

O PAI-PJ, adotado pelo CNJ, está sendo empregado em todo o país, com excelentes resultados e reconhecimento público. Em Minas, desde junho do ano passado, o programa acompanha, além de adultos, adolescentes em cumprimento de medidas protetivas. Idealizado pela psi-

cóloga judiciária e psicanalista Fernanda Otoni de Barros-Brisset, o PAI-PJ já tem, em 10 anos, 553 processos arquivados e 246 em andamento.

“Hoje, a luta antimanicomial, os avanços na clínica das psicoses e as novas soluções de sociabilidade que visam à inclusão das minorias no contexto das cidades exigem um novo arranjo institucional para tratar a questão do louco infrator”, afirma a coordenadora Fernanda Otoni.

**As atividades do Novos Rumos humanizam, transformam, prezam pelo cumprimento da lei e recuperam, sem dar margens à impunidade”**

## De volta para casa

No caso das Apacs, Rosana de Mont’Alverne Neto, assessora especial do Programa Novos Rumos, ressalta que um dos maiores desafios, atualmente, é o convencimento das comunidades, que resistem a receber as Apacs ou a apoiar os egressos do sistema penitenciário. “As pessoas temem furtos ou a desvalorização de seus imóveis na proximidade dos centros de reintegração social”, diz a desembargadora Jane Silva.

O juiz Luiz Carlos de Rezende e Santos, coordenador executivo do Novos Rumos, destaca que a ressocialização de presos exige uma mudança de mentalidade do Judiciário, dos presos e da sociedade. Ele acrescenta que, antes de capacitar e educar, é preciso resgatar a autoestima do apenado. “A pessoa tem de sentir que é forte para enfrentar o preconceito da sociedade.” O magistrado afirma acreditar que as parcerias para empregar egressos têm de ser desenvolvidas em cada comarca, de forma local, pois assim há um engajamento maior. Ele diz que, embora existam incentivos fiscais e certificados de responsabilidade social, o ideal é que a adesão aos esforços de reabilitar os apenados se dê pela motivação de promover uma sociedade mais justa.



Nas Apacs, são desenvolvidas atividades para a ressocialização dos apenados



Entre os pilares da metodologia apaquiana estão o trabalho e o apoio da família



Os 10 anos do Novos Rumos foram comemorados, em maio, em solenidade que reuniu magistrados, autoridades e servidores em Belo Horizonte

## Reabilitação

A desembargadora Jane Silva enfatiza que é necessário combater a violência sem ser frouxo nem rígido. Ela afirma que o processo educativo é importante na reabilitação: “Aqueles que encontramos nas cadeias são considerados a escória da sociedade, mas esses indivíduos frequentemente têm uma trajetória de abandono. Algumas vezes, o preso chega à cadeia como uma criança mal-educada: precisamos ensiná-lo a utilizar talheres, a ter cuidados de higiene pessoal, a manter suas coisas organizadas, a cumprir horários e a obedecer a rotinas”.

Luiz Carlos de Rezende e Santos entende que todas as atividades do Novos Rumos, na essência, “são apaquianas, pois humanizam, transformam, prezam pelo cumprimento da lei e recuperam, sem dar margens à impunidade”. Já a desembargadora descortina mais um desdobramento significativo do programa: “Na medida em que se recupera um criminoso e ele não reincide, considero o Novos Rumos uma medida de prevenção. É um ato de violência a menos, com significado específico para quem errou e benefícios para a sociedade em geral”.



O presidente Cláudio Costa inaugurou as instalações do programa, que funciona no Centro da capital



A religiosidade e o suporte da comunidade são fundamentais no processo de recuperação dos condenados

### Conheça melhor outras iniciativas do Novos Rumos:

**Começar de Novo** – inspirado em iniciativas do TJ mineiro, esse projeto do CNJ integra atividades de capacitação profissional e oferece formação para presos e egressos do sistema carcerário. Procura, além disso, sensibilizar a sociedade civil para a necessidade de acolher os ex-apanados e contribuir para a recuperação do indivíduo.

**Sistema Geopresídios** – sistema lançado pelo CNJ que permite a consulta, pela internet, de dados sobre as unidades prisionais e estatísticas do sistema carcerário em cada estado.

**Projeto Além dos Muros** – iniciativa conjunta da Fundação Avsi e do Instituto Minas pela Paz, em parceria com o TJMG, o governo de Minas e a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), com atuação focada no apoio a duas unidades produtivas das Apacs e na capacitação de gestores, equipes de funcionários e recuperandos.

**Grupo de Monitoramento e Fiscalização** – tem como metas acompanhar o sistema carcerário e o sistema de execução das medidas socioeducativas, realizando mutirões se necessário, e investigar irregularidades.

**Cooperação Judicial** – atua em comarcas que estejam atravessando dificuldade na prestação jurisdicional de forma a impedir a ausência de decisões e a própria impunidade.

# O desafio que deu certo

Vanderleia Rosa

Em abril de 1998, a matéria central do *TJMG Informativo* começava assim: “Nem presos, nem condenados, nem detentos. Recuperandos... ou, simplesmente, Adalberto, Antônio, José. Utopia? Não. Realidade próxima, exatamente a 82 km de Belo Horizonte. Um Centro de Reintegração Social, localizado em Itaúna, onde não há policiais civis ou militares e cuja filosofia é ‘matar o criminoso e salvar o homem’”. O tempo passou, contudo esse contato com a experiência corajosa e bem-sucedida de Itaúna e esse novo olhar sobre a execução penal ficaram registrados na história do Judiciário de Minas, motivando, em 2001, o então presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Gudesteu Biber Sampaio, a instituir o projeto Novos Rumos na Execução Penal.

A proposta era humanizar o cumprimento das penas privativas de liberdade a partir da metodologia apaquiana, desenvolvida pelo advogado Mário Ottoboni, em 1972, na cidade paulista de São José dos Campos e alicerçada no trabalho, na religião, na família, no apoio da comunidade, entre outros elementos.

Dez anos depois da institucionalização do projeto, hoje transformado em programa, há muito que comemorar, como os atuais 30 centros de reintegração social em funcionamento no Estado, o índice de

reincidência no crime inferior a 15%, a restauração da dignidade de tantos recuperandos e a reconstrução de muitas famílias.

Muito já foi conquistado, mas o desafio continua, como lembra um dos coordenadores do Novos Rumos, o desembargador Joaquim Alves de Andrade, à frente

**Por trás da maioria dos crimes cometidos, há sempre um cenário de abandono e pobreza.**

**Desse modo, a Apac revela-se como uma segunda chance, uma oportunidade para muitos de recomeçar, de renascer”**

da iniciativa desde o início. Ele destaca, entre tantas vitórias, as parcerias firmadas e o apoio do governo do Estado. Nas histórias compartilhadas ao longo de uma década, o desembargador observa um ponto em comum: por trás da maioria dos crimes cometidos, há sempre um cenário de abandono e pobreza. Desse modo, a Apac revela-se como uma segunda chance, uma oportunidade para muitos de recomeçar, de renascer, conclui o magistrado.

## Trajatória

Paulo Carvalho, juiz criminal da comarca de Itaúna, pioneira no Estado na implantação do método apaquiano, relembra a trajetória de desafios: “A história da Apac em Minas Gerais se divide em duas fases: a primeira, iniciada pela caminhada solitária da Apac de

Itaúna, depois acompanhada por Sete Lagoas e Nova Lima. Tempos difíceis, de pouco apoio, vencidos pela obstinação das comunidades daquelas comarcas”. Com o suporte do TJMG a partir de 2001, começava a segunda fase, “a de expansão da Apac, com o envolvimento das comunidades”.

Juarez Morais de Azevedo, juiz em Nova Lima, titular da segunda comarca a implantar a metodologia Apac, relembra os primeiros anos do projeto, quando foram realizadas inúmeras audiências públicas, sempre nos finais de semana. “Não havia compensações pelos dias longe da família, mas valeu a pena, porque a semente de uma execução penal mais humana, observada a lei, foi lançada e hoje germina.”

Acompanhando de perto a história das Apacs, o presidente da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), Valdeci Antônio Ferreira, destaca o avanço das associações no país: “Em 2012, as Apacs celebram 40 anos de serviços prestados à causa da recuperação dos presos e da promoção da Justiça”. Para Valdeci, o Programa Novos Rumos do TJMG foi um divisor de águas na história das Apacs. A metodologia foi divulgada e couberam à FBAC as tarefas de coordenação e fiscalização da aplicação do método.

Trabalhar com as Apacs exige envolvimento, como afirma a assessora Marina Vilhena, que atua no programa desde 2004: “A cada Apac inaugurada, a cada curso realizado com voluntários, a cada audiência pública nas comunidades, sinto-me recompensada profissional e espiritualmente”.

Arquivo TJMG



Nas Apacs mineiras, índice de reincidência no crime é inferior a 15%

Renata Mendes



Atividades nos centros de reintegração fortalecem a autoestima do condenado